

MEMÓRIA E HISTÓRIA. A FUNDAÇÃO DA ANPUH

Francisco José Calazans Falcon *

INTRODUÇÃO

Convidado a apresentar um trabalho acerca da fundação da ANPUH, por ocasião do próximo SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, não posso deixar de registrar aqui o meu agradecimento a essa lembrança dos organizadores. Ao mesmo tempo, não quero omitir o quanto a tarefa se me afigura difícil ao obrigar-me a recorrer tanto à memória de alguém que *viu e ouviu*, como à leitura e interpretação dos principais documentos produzidos a propósito daquele evento fundador.

Na realidade, vejo a redação deste texto como uma espécie de exercício em que devo lidar basicamente com dois textos *de época* e com um outro atual, embora bastante fragmentado, que vem a ser o da memória. Os dois textos *de época* constituem dois registros do evento em pauta, um oficial, o outro eminentemente crítico: os Anais do I Simpósio, publicados em 1962 pela respectiva comissão organizadora, e a notícia da realização dos dois primeiros simpósios, publicada no Boletim de História dos alunos do Curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Ano V- Número 7 – Agosto de 1963). Convém observar que o texto do informativo publicado no Boletim de História foi escrito por nós. Por outro lado, passados cinquenta anos, é natural que tenhamos esquecido um ou outro aspecto da realização do I Simpósio.

I – Alguns antecedentes da reunião de Marília.

Foi ainda no primeiro semestre de 1960, na então Faculdade Nacional de Filosofia, que tivemos o prazer de conhecer as professoras Maria Clara Rezende T. Constantino e Maria Conceição Vicente de Carvalho, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Tinham vindo elas ao Rio de Janeiro, à F. N. Fi. especificamente, com o objetivo de convidar, em nome da Comissão Organizadora

* Titular aposentado da UFF e em exercício na Universidade Salgado de Oliveira

constituída pelo Departamento de História da FFCL de Marília, professores interessados em participar de uma das equipes de estudos e debates preparatórios para a realização em Marília, em 1961, de um encontro ou simpósio destinado a discutir amplamente o *Currículo Mínimo* dos cursos de graduação em História então existentes.

Os professores da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de Marília haviam chegado à conclusão de que eram “insuficientes, para a formação do futuro pesquisador e professor de História, as matérias oferecidas no Currículo Mínimo e, sobretudo, defeituosa a sua distribuição atual, em que até *cadeiras fundamentais* são prejudicadas por outras de *interesse menor* “(**grifos nossos**). Tratava-se assim de estabelecer um currículo de diferente estrutura, mais de acordo com as necessidades do profissional de História.

Não nos preocupamos naquela ocasião com certas concepções intrínsecas à proposta, tanto do ponto de vista de uma suposta hierarquia de cadeiras/disciplinas, como à suposição de que estaria na má distribuição das cadeiras/disciplinas a origem das deficiências existentes na formação de nossos professores de História. Preferimos acreditar que se tratava de uma oportunidade ímpar de discutir com colegas de todo o país problemas do ensino universitário de História. Acreditávamos na sinceridade dos organizadores ao se dizerem “Animados pelas circunstâncias de poder realizar “ab ovo” uma experiência que viesse a criar novas e mais amplas condições no ensino de História”. Imaginávamos que se poderia aproveitar melhor essa oportunidade única a fim de aprofundar discussões bem mais variadas e importantes do que aquelas previstas para um *Simpósio com o objetivo de fazer uma revisão do currículo atual*. Queríamos, na verdade, discutir a questão mais ampla da Reforma Universitária, já então na ordem do dia, e situá-la no âmbito específico dos cursos de História das faculdades de filosofia.

Uma vez constituídas as diversas equipes ou grupos de trabalho, em função dos grandes temas já previstos para o simpósio, coube ao nosso grupo, chefiado pela Professora Maria Yedda Linhares, trabalhar no âmbito da História Moderna e Contemporânea. Realizamos diversas reuniões nas quais discutimos uma primeira seleção de problemas da Área a fim de encaminhá-la aos demais colegas. Em junho de 1960 tivemos uma reunião plenária com todos os participantes dos preparativos em S. Paulo na qual foram traçados os princípios de funcionamento para as equipes de

trabalho, ou seja, “debater os problemas e estabelecer com o relator os tópicos fundamentais para os debates em mesa redonda” assim como “definir a linha de debate a ser seguida na mesa redonda”.

Cada equipe deveria ter assim um papel decisivo no encaminhamento dos temas e debates, porém, na verdade não foi assim que as coisas vieram a ocorrer. Uma ressalva, constante das instruções gerais, garantia que “o relator não estará obrigado a cingir-se nas suas exposições às opiniões da equipe”. Como principal consequência dessa ressalva, não foram apresentados os *tópicos fundamentais aprovados para cada área*, mas sim um texto elaborado pelo relator e de sua exclusiva responsabilidade. Como iremos ver mais adiante, as mesas-redondas transformaram-se numa disputa entre o relator e os demais participantes, inclusive os membros do respectivo grupo de trabalho.

A reunião em S. Paulo acabou por ser a única, uma vez que os acontecimentos de agosto de 1961 (a renúncia do Presidente Jânio Quadros) inviabilizaram as reuniões subseqüentes já previstas. Aliás, o próprio simpósio esteve ameaçado e teve que ser adiado por alguns meses. De qualquer modo, no entanto, sentíamos que eram grandes as diferenças de perspectivas e de linguagem entre nós, os professores do Rio de Janeiro, e os organizadores do evento. Queríamos tentar sair um pouco daqueles assuntos um tanto ou quanto miúdos, imediatos, buscando por em debate questões mais abrangentes, ou seja, procurar as causas profundas das questões curriculares ao colocar em pauta o problema da reforma universitária e a própria realidade social e econômica do Brasil. Não podíamos nos conformar com a idéia de uma pequena reforma, uma simples rearrumação da casa que acabaria por deixar tudo como já estava. A nossa insistência quanto à oportunidade de assumir uma perspectiva mais ampla para a análise dos problemas dos cursos de História, contrariamente ao ponto de vista dos organizadores, deu origem a muitos debates e algumas incompreensões durante o Simpósio.

2- Desenvolvimento geral do Simpósio

A viagem do Rio de Janeiro a S. Paulo e, a seguir, o trem até Marília, a recepção amável, a hospitalidade que nos encantou, a organização geral do Simpósio, tudo enfim correspondeu às nossas melhores expectativas.

Assim, num ambiente de hospitalidade, trabalho organizado, ambiente acadêmico sério e bem planejado, iniciamos, no dia seguinte à nossa chegada, a participação no Simpósio. Não nos enganáramos quanto à expectativa de podermos travar múltiplos e variados contatos com inúmeros colegas de outras regiões do país, igualmente voltados para as questões do ensino das disciplinas de história nos respectivos cursos de graduação.

Em termos de estrutura organizacional, o Simpósio possuía uma Comissão Executiva, um elenco de Convidados de Honra, bem como diversas comissões especializadas, após as quais vinham elencados os nomes dos inscritos e, por último, a relação dos comparecimentos (Cf. Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961. Marília, 1962, pp. 9 -26). Vinham então, logo a seguir, o Temário, ao qual voltaremos mais adiante, o Regulamento do Simpósio, as Conferências, às quais retornaremos, e, finalmente, as Sessões, nosso principal objeto de análise.

O **TEMARIO** era composto de cinco tópicos gerais:

- I – 1 – História Antiga e Medieval: dois espíritos e duas especializações. Problemas que suscita a sua definição numa só Cadeira. Relator: Prof. Dr. Eurípides Simões de Paula
- 2 – História Moderna e História Contemporânea: problemas que suscita o seu ensino numa só Cadeira. Relator: Prof. Dr. Eduardo D’Oliveira França
- II – O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação. Relatora: Profa. Dra. Alice Piffer Cannabrava
- III – 1 – Matérias complementares e auxiliares e o alargamento do horizonte no estudo da História. Relator: Prof. Dr. Eremildo Luiz Vianna
- 2 – O lugar das disciplinas pedagógicas do Curso de História. Relatora: Profa. Dra. Maria Yedda L. Linhares
- IV – A especialização. As condições por ela pressupostas e as possibilidades inerentes ao Curso de História no Brasil. Relator: Prof. Dr. Carl Valeer Frans Laga
- V – Reestruturação do currículo. Relatora: Profa. Dra. Olga Pantaleão.

AS CONFERÊNCIAS

A 1ª delas, intitulada “História do Brasil, Programa de Cultura, Consciência e Patriotismo”, foi proferida pelo Prof. Dr. Pedro Calmon. Um texto interessante, típico de seu autor como historiador, no qual foram tangenciadas algumas questões gerais de historiografia brasileira e epistemologia do conhecimento histórico.

A 2ª, apresentada por Michel Mollat, intitulava-se “Pour une étude équilibrée de l’histoire, recherche et enseignement” e apresentava alguns dos pontos mais divulgados da chamada Escola dos Anais acerca da história da história e da natureza do conhecimento histórico.

A 3ª Conferência, proferida pelo professor Arthur Cezar Ferreira Reis abordou alguns aspectos e problemas interessantes abrangidos pelo seu título: “As regiões brasileiras: formação, peculiaridades e integração no nosso processo histórico”

AS SESSÕES

Observações preliminares

O andamento das sessões compreendia um *Relatório do Tema e*, a seguir, as *Exposições dos Simposistas*, seguidas das *Respostas às Exposições e*, por fim, das *Ultimas intervenções*, às quais cabia ao Relator apresentar as suas *Respostas Finais*. Além do fato de haver um controle rigoroso dos diversos *tempos* previstos para cada uma dessas etapas, observamos também a dificuldade de se estabelecer um debate mais amplo e objetivo. Não queremos retomar aqui as críticas que fizemos aos procedimentos de então, análise esta que publicamos no Boletim de História Ano V, número 7, de 1963, às páginas 191 e 192, Trata-se a bem dizer de uma discussão que envolve múltiplas questões, muitas delas ainda atuais, ao mesmo tempo que nos faz recordar a natureza e o clima dos debates então em curso nos meios acadêmicos, mas excluídas, em sua quase totalidade da mesa do Simpósio.

A 1ª Sessão – História Antiga e Medieval – o Tema I

O Relatório elaborado e apresentado pelo Prof. Simões de Paula, foi produzido tendo como referência as características das práticas então em vigor no âmbito da Cadeira de História Antiga e Medieval do Departamento de História da USP. Segundo o relator, a atual organização justificava-se em 1942, mas estava agora completamente depassada. Daí, a proposta no sentido de que o Simpósio se manifestasse favoravelmente à divisão da atual Cadeira em duas Cadeiras ou disciplinas autônomas, bem como o deslocamento da História Medieval da primeira para a segunda série do atual currículo, *juntamente* com a História Moderna. De acordo com o Relator, deveriam se intensificados os seminários e reduzidas às preleções (aulas expositivas), bem como as aulas de Antropologia e Etnografia. Por último, sugeriu o Relator o acréscimo *mesmo que sob a forma de matéria optativa*, de cursos sobre História da Arte, Arqueologia, Epigrafia, Pré-História (para a História Antiga) e Paleografia, Latim, Instituições Ibéricas (para a História Medieval). Concluindo, o Relator analisou a natureza do seminário de História – sua redefinição e ampliação tomando como referência alguns exemplos de práticas utilizadas em outras áreas e países. Interessantes e com características de uma visão prospectiva, foram as considerações sobre os problemas da especialização e as sugestões tendentes a redefinir a natureza mesma dos estudos e trabalhos dos cursos de especialização tendo-se em vista as reais dificuldades existentes para a organização de cursos de qualidade nas universidades brasileiras.

Vieram então as *Exposições dos Simposistas, as Respostas às Exposições, e as Últimas Intervenções*. Foram discussões animadas, a maioria de crítica a aspectos específicos da exposição do relator, sendo um pouco mais veementes as objeções à ligação da História Medieval à Moderna. Na realidade, observamos que o Relator conseguiu amarrar a maioria dos debates aos temas e questões por ele suscitados. Foi talvez a primeira vitória daqueles que haviam traçado um círculo de giz para o desenvolvimento dos debates.

A 2ª. sessão – o Tema II- História Moderna e Contemporânea: problemas que suscita o seu ensino numa só Cadeira.

A Comissão Executiva publicou um resumo do Relatório do Prof. Dr. Eduardo D'Oliveira França uma vez que não recebeu o texto completo do referido Relatório.

O Prof. França apresentou um Relatório bastante longo e diversificado quanto à sua temática. Há diversos pontos bastante positivos na sua apresentação, ao lado de outros mais nitidamente conservadores ou polêmicos. Assim, ao mesmo tempo que afirma ser o currículo o problema fundamental, o que já era uma afirmação questionável à época do Simpósio, ele alude, muito acertadamente, à existência, no momento presente, de um processo de aceleração de mudanças ao qual deve a História ajustar-se, principalmente reconhecendo a importância do presente como ponto de partida para a pesquisa e a necessária revisão dos conhecimentos para a atualização dos ensinamentos.

O Relator propôs então uma revisão do ensino da História, quanto aos objetivos, às estruturas, aos planos de trabalho, ao ritmo das funções. A exposição e tematização dessas questões e de seus inúmeros problemas é bastante longa, inteligente e polêmica. Não podemos indicar aqui o conteúdo de todas as sugestões e apenas lembramos a parte relativa às cátedras, revisão dos programas, ano escolar e processos de avaliação da aprendizagem. Sua manifestação em prol da manutenção da cátedra quanto à sua essência – liberdade e vitaliciedade, prevê correções quanto ao funcionamento do sistema, mas não contempla qualquer concessão quanto à defesa das prerrogativas da cátedra. Não por acaso, este foi o tema mais criticado e debatido por todos que fizeram intervenções. Dentre estas, já na parte dedicada às exposições de simposistas, destacaram-se as objeções e ponderações da Profa. Maria Yedda Leite Linhares, as indagações da Profa. Olga Pantaleão e da Profa. Cecília Maria Westphalen. As respostas do Relator às exposições foram longas e marcaram diferenças intransponíveis acerca de várias questões, principalmente a da cátedra vitalícia. *As últimas intervenções e as respostas finais* apenas sublinharam as divergências existentes entre os participantes e entre estes e o relator, pois, na verdade, não se alcançou qualquer consenso.

Vista em conjunto, esta exposição foi talvez a mais ampla e contraditória de todas. Abrangeu questões que vão muito além da *área* da História Moderna e Contemporânea, expôs algumas idéias muito pertinentes sobre o funcionamento dos cursos de História, advogou mudanças tidas como arrojadas naquele momento, mas, por outro lado, defendeu algumas posições conservadoras situadas, já então, na contramão do processo histórico, ou seja, das lutas então em andamento por uma reforma universitária profunda e inovadora, reforma que tinha sobretudo na recém-fundada Universidade de Brasília seu referencial maior.

A 3ª. Sessão – Tema III – O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação - Profa. Dra. Alice Piffer Canabrava.

Logo de início, a Relatora mencionou o fato de que, embora a Comissão Organizadora do Simpósio tivesse definido o problema atribuído à equipe de História do Brasil e da América em termos de *Ensino Tradicional e Renovação*, a equipe havia sugerido, como definição do problema, o apelo no sentido de que, no ensino de História do Brasil e da América, nas Faculdades de Filosofia, *deve-se dar preferência à História da Cultura e não propriamente à História Política, à História Administrativa, à História Biográfica etc. etc.*

A Profa. Alice Canabrava desenvolveu então algumas considerações sobre a *fase atual* do desenvolvimento da Historiografia e situou o apelo da equipe como sendo uma ressonância do apelo formulado pelos fundadores dos *Annales*, em 1929. Sua exposição, bastante longa, tendeu então a demonstrar o descompasso existente entre os currículos atuais e o desenvolvimento da história da Historiografia brasileira. A seguir, ela analisa e justifica a preferência que se tem dado no presente aos estudos de história econômica e social, fenômeno de civilização, em função do qual *é a realidade banal e quotidiana que assume interesse excepcional*. Assim, há um alargamento considerável do campo de indagação dos historiadores o qual ultrapassa em muito o da documentação escrita. É necessário reconhecer a importância de outras ciências para a formação de historiadores, o impulso tomado pelas análises quantitativas, a atenção a ser dispensada à história comparada. Por último, a relatora se pronuncia contra a proposta de fazer da História do Brasil o centro dos cursos de história. Na verdade, a Profa. Alice Canabrava temia o provincianismo, o isolamento dos historiadores e da História.

As **Exposições de Simposistas** foram muito numerosas e variadas em seus conteúdos. Muitas críticas, digressões, além de sugestões nem sempre relacionadas com o teor da exposição. Algumas discussões mais interessantes ocorreram com os professores Helio Vianna, Francisco Iglesias, Oliveira França.

O Relatório da Profa. Alice Canabrava representou uma manifestação verdadeiramente *atual no âmbito* do Simpósio, isto é, em consonância com as tendências então dominantes no campo das práticas historiográficas. Infelizmente, houve alguns participantes que apenas enxergaram uma suposta ênfase nessa entidade

fantasma chamada *o econômico* e não puderam perceber a riqueza da análise da Relatora, especialmente seu conteúdo verdadeiramente *moderno*.

A 4ª sessão – Tema IV – Matérias complementares e auxiliares; o alargamento do horizonte no estudo da História. Relator: Prof. Eremildo L. Viana.

O Relator criticou inicialmente as denominações *matérias auxiliares e matérias complementares*, propondo sua substituição por *técnicas auxiliares e matérias complementares*. Definiu, a seguir, quais as principais *técnicas auxiliares e quais as matérias complementares*. Mereceram um tratamento especial a Paleografia e a Metodologia Científica da História – Introdução Metodológica à História e **Teorias (grifo nosso) da História**. Deveriam ser também obrigatórias, por indispensáveis, a Geografia Humana e Econômica e a Antropologia Cultural (Etnologia) Ao abordar o tópico das disciplinas ou matérias complementares, o Relator sugeriu, em primeiro lugar, a inclusão da História das Ideias e das Doutrinas Econômicas, assim como de uma disciplina de Introdução às Ciências Sociais. Deteve-se então longamente na questão da História da Filosofia, desenvolvendo toda uma argumentação contra sua inclusão nos cursos de formação. A preocupação maior do Relator, ao início e ao findar de sua apresentação, foi recomendar que não se sobrecarregue o currículo de História com disciplinas dispensáveis ou capazes de desviar o futuro professor de História de sua formação básica. Nem filósofos, nem sociólogos, nem geólogos !

As Exposições dos Simposistas foram em geral de críticas ao Relator, quer em termos de denominações, quer de supostas omissões. Nas intervenções dos professores Guy de Holanda e Maria Yedda Linhares, destacou-se a sugestão de incluir-se no currículo as disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos e História da Historiografia, especialmente do Brasil e América. Crítica mais contundente foi feita pelo Prof. Oliveira França, cujas observações teóricas e metodológicas ficaram praticamente sem respostas. A questão da inclusão ou não da Filosofia da História, sobretudo suas relações com a Teoria da História e a História da Historiografia, marcou o final dos debates. Uma outra questão debatida e destinada a um grande futuro foi a do lugar da pesquisa nas atividades curriculares, especialmente a da associação entre ensino e pesquisa.

**A 5ª sessão – Tema V – O lugar das disciplinas pedagógicas no Curso de História –
Relatora: Profa. Dra. Maria Yedda L. Linhares.**

A Relatora, Profa. Maria Yedda Linhares, apresentou um longo documento no qual são analisados múltiplos aspectos da questão proposta, sendo tais análises pautadas pela premissa de que as questões em jogo são muito mais amplas e complexas do que se deixa perceber apenas pelo título proposto para o tema. Assim, na primeira parte, afirma a relatora que discutir a formação de professores de História para os estabelecimentos de educação média supõe uma discussão sobre as Faculdades de Filosofia e sua inserção na Universidade. Em outras palavras, a formação do professor de História não se separa do debate sobre a Reforma Universitária. Assim, é necessário pensar na necessidade de adaptar as instituições educacionais brasileiras às necessidades do país em processo de mudança. Trata-se de uma tomada de consciência da urgência de uma reforma universitária a qual, apesar de um tanto recente já tem exemplos palpáveis no projeto da Universidade de Brasília e da reforma, em andamento, da Universidade do Ceará. O texto do Relatório inclui uma longa digressão sobre as reformas e o momento então vivido pela sociedade brasileira, a questão da formação do professor em geral e do professor de História em particular, a história das Faculdades de Filosofia e, principalmente, a recuperação de seu sentido inicial, tal como foi formulado por Armando Sales de Oliveira e defendido com entusiasmo e persistência por Anísio Teixeira.

O exame da legislação das faculdades de filosofia – a famosa questão do 3 + 1 (bacharelado + licenciatura) ou o 4 -4, isto é, cursos de quatro anos nos quais a quarta série teria matérias de conteúdo, ligadas a especialização (Bacharelado) e disciplinas de formação pedagógica (Licenciatura). Após criticar os dois sistemas, a Profa. Yedda Linhares conclui que as Faculdades de Filosofia não têm conseguido formar, na verdade, nem bons pesquisadores, nem bons professores. Após analisar detidamente os exemplos representados pelas universidades de Brasília e do Ceará, a Relatora apresenta uma série de propostas para aplicação imediata, em nome do grupo de trabalho.

As Exposições de Simposistas demonstraram apoio aos pontos mais gerais do Relatório e consistiram ou em sugestões de desenvolvimentos complementares, ou em pequenos adendos ou explicações. Apenas em um caso houve uma intervenção, de uma das organizadoras por sinal, na qual se afirma a oposição entre o caráter muito

abrangente do Relatório e a *iniciativa modesta do Simpósio*. Em suas Respostas às Exposições a Relatora explicitou melhor algumas de suas propostas e esclareceu dúvidas e objeções de alguns simposistas. Nas Últimas Intervenções foi discutida sobretudo a questão da Didática Geral e da Didática Especial, além de diversas manifestações a respeito do chamado *Exame de Suficiência*, assim como sugestões visando a criação de uma Ordem de Professores de História, ou de uma Ordem Nacional de Professores Licenciados.

A exposição da Profa. Maria Yedda Linhares provocou reações desencontradas uma vez que trouxe para um plano mais geral as pequenas questões do currículo de História. Logo rotulada de *política*, o que não era uma novidade, nem tampouco uma mentira, a apresentação de tantas idéias provocou diversos tipos de reação, notando-se, inclusive, um certo desagrado de alguns dos organizadores do Simpósio.

6ª Sessão – Tema VI – A especialização. As condições por ela pressupostas e as possibilidades inerentes ao Curso de História do Brasil. Relator – Prof. Dr. Carl Valeer Franz Laga.

Um longo prólogo, divagando sobre os perigos das lutas no campo da especialização, serve de introdução a uma longa discussão do conceito de *especialização*. A seguir, o relator tenta deduzir algumas características ou esboçar algumas exigências da ciência da História. Afinal, uma primeira afirmação: a discordância do relator “com a preparação para a pesquisa em um ano só”. Segue-se uma enxurrada de metáforas para criticar o acúmulo de matérias e de conteúdos cognitivos. Passa então o discurso a descrever com minúcias aquilo que seria uma *especialização gradativa*, o Prof. Laga faz referência aos cursos monográficos e sugere que tais cursos sejam relegados para os últimos anos de formação. A exposição detém-se então em duas questões: a necessidade da especialização e a dependência dela de algumas condições imprescindíveis. Residem aí, segundo sua opinião, as principais diferenças entre uma escola normal e uma universidade. Mas a especialização depende de certas condições básicas, inclusive materiais – entra aqui a questão dos arquivos e bibliotecas. Neste passo, o relator enumera duas proposições mais fundamentais: 1- Todos os estudantes devem encaminhar-se no sentido de uma iniciação numa

especialização; 2- Todas as grandes cadeiras devem ser capacitadas para oferecer certa especialização; 3- A especialização deve começar o mais cedo possível. . .

As Exposições de Simposistas foram quase sempre bastante críticas em relação aos conceitos externados pelo relator e sobretudo do ponto de vista de suas propostas. A maioria das intervenções refutou o conceito de especialização apresentado e, principalmente, a possibilidade de situar no curso de graduação uma verdadeira especialização. Foi também objeto de crítica o viés bastante europeizante do relator, sua desvinculação profunda da realidade brasileira e suas comparações com situações tão diversas como o caso dos Estados Unidos e da Austrália.

Em suas respostas, o prof. Laga, reconheceu a procedência de boa parte das críticas, justificando-se com sua falta de experiência. Nas Últimas intervenções, os participantes detiveram-se na questão da ligação entre o relatório e a realidade brasileira, assim como na procedência das comunicações feitas no relatório, além de outros assuntos.

7ª. Sessão – Tema VII – Reestruturação do Currículo. Relatora: Profa. Dra. Olga Pantaleão.

O texto apresentado pela relatora abrange trinta páginas impressas. Impossível abordá-lo aqui na sua totalidade. Em explicação preliminar, a Relatora fez referencia a uma reunião realizada em S. Paulo pelos relatores de trabalhos e alguns membros da comissão executiva do Simpósio. Única ausente, a Profa. Maria Yedda Leite Linhares. Muito significativamente, do nosso ponto de vista, discutiram-se na tal reunião questões que não sabemos se por acaso constituíram alguns dos temas essenciais das intervenções da referida professora durante o Simpósio. Mais ainda: foram aprovadas na mesma reunião algumas teses muito interessantes: não competiria ao Simpósio discutir uma reforma geral da Universidade, ou das Faculdades de Filosofia. Caberia aos simposistas procurar estabelecer um currículo para o curso de História que possa vir a ser aproveitado em qualquer estrutura universitária que se venha a adotar. Quanto à pós-graduação, foi consensual a opinião favorável à criação de cursos de pós-graduação, desde que mantidos por Faculdades que estejam equipadas para ministrá-los. Estranhamente, no entanto, a equipe não se manifestou quanto ao conteúdo do currículo

A Relatora propõe-se então a apresentar a estruturação do currículo básico “como o vejo” e, a seguir, a da pós-graduação, “como a entendo”. Fica muito claro assim que depois de tantos trabalhos e debates a proposta curricular seria aquela concebida pela Relatora. Somos forçados a deixar de lado as longas considerações e observações do texto da Profa. Olga Pantaleão da página 220 à página 236 (da edição da APUH, 1962) . Vejamos então quais seriam as matérias constitutivas do currículo: “matérias fundamentais, as de História propriamente dita; um grupo de matérias sobre aspecto especial da História; e um grupo de matérias auxiliares e complementares”.

I- História Geral -

Percebe-se que são múltiplas as vantagens de uma boa base de História Geral, ao mesmo tempo que fica clara a visão linear e evolutiva de uma aprendizagem que percorra lentamente o caminho que leva do Oriente à Grécia, Roma, tempos medievais e daí aos tempos modernos e ao presente. Além disso, a História Geral é condição para o aperfeiçoamento dos estudos de História do Brasil. A relatora chama atenção então para a questão dos problemas decorrentes das relações entre a divisão da História em períodos e a divisão atual das cátedras. São propostas três cadeiras de História Geral (História Antiga, História Medieval, História Moderna e Contemporânea, podendo-se pensar *mais tarde* em dividir esta última em duas cadeiras), História da América (compreendendo duas partes: o período colonial e o período independente, um ano cada), História do Brasil (não há clareza sobre o número de anos de estudos). Definidas as matérias básicas, surge, no item IV – História de uma Região ou de um Aspecto da Civilização, matérias auxiliares e matérias complementares. Depois de confessar as dificuldades por ela enfrentadas, a Relatora declara sua opção por um mínimo de matérias obrigatórias na licenciatura: Histórias particularizadas – 1 -Uma cadeira de História das Instituições Ibéricas ou de História de Portugal; 2- História da Arte ; Matérias e técnicas auxiliares: 1- Introdução aos Estudos Históricos; 2- Paleografia medieval e moderna até o século XVII ; - Matérias complementares: 1 – Geografia (deixando de lado inteiramente a Geografia Física), 2 – Instituições políticas e jurídicas, sociais, econômicas e religiosas ; 3 – Teoria da História ; 4 – Matéria optativa – no terceiro ano, a ser escolhida pelo aluno numa lista organizada anualmente.

A respeito do curso de Didática, a Relatora sugere que o mesmo deveria ter apenas três matérias: Psicologia (da Adolescência e da Aprendizagem), Didática Geral e Didática Especial.

Uma vez encerrada aquela parte do Relatório dedicada à Graduação, a Profa. Olga Pantaleão abordou o problema da Pós-Graduação. Terminado o curso que leva à Licenciatura, como resolver a demanda de muitos por um aprofundamento dos conhecimentos? Com os cursos *ditos de especialização*? Acontece que estes cursos não estão satisfazendo plenamente, sendo interessante que se introduza outro tipo de cursos – os de pós-graduação. Nesta parte do Relatório, encontram-se algumas considerações interessantes e oportunas: a necessidade atual de tais cursos, tendo em vista a realização de pesquisas e o aperfeiçoamento docente. Assim, deveriam desaparecer totalmente os cursos de especialização dando lugar aos de pós-graduação. Como era natural então, as idéias ainda andavam um tanto misturadas ou confusas e assim a proposta da Relatora enumera diversos tipos de demandas dos possíveis candidatos: aperfeiçoamento de seus conhecimentos, assistência para a realização de pesquisas, busca de um grau universitário mais elevado, o doutoramento. Observe-se como àquela época o conceito de mestrado não se achava ainda no horizonte de expectativas para o desenvolvimento dos estudos históricos. Outro dado interessante é a recomendação no sentido de merecer mais ênfase a História do Brasil, a começar pela criação de centros de estudos históricos brasileiros no âmbito das Faculdades. Quase ao final, a Relatora propõe um *outro tipo de curso de pós-graduação* – os cursos de férias, destinados principalmente a professores secundários.

As reações (intervenções) dos simposistas foram muito variadas quanto aos seus conteúdos mas bastante críticas na sua quase totalidade. Cada um dos participantes interpretou as propostas da Relatora de acordo com as suas idéias já formadas acerca de um determinado ponto mencionado no Relatório. Bastante clara, no entanto, foi a intervenção do Prof. Guy de Hollanda, sublinhando a autonomia das universidades no estabelecimento de seus currículos e, a seguir, opinando que o Simpósio não deveria recomendar tipo nenhum de currículo, podendo-se, no máximo, discutir e propor um esquema bastante geral de estrutura curricular. Tomadas em conjunto, as intervenções dos simposistas, algumas delas bastante longas, foram francamente contrárias às propostas apresentadas. A sessão alongou-se com as respostas da Relatora às críticas

dos participantes, respostas que nada mais fizeram senão refutar as observações e restrições apresentadas e confirmar a proposta inicial.

Depois de tantos dias dedicados à reforma do currículo de História, não se aprovou uma proposta concreta e inovadora. Afinal, poderia ser muito diferente ? Que se poderia esperar de um relatório que começava por afirmar: ***Não podemos discutir a Reforma Universitária ou a Faculdade de Filosofia mas podemos discutir uma reforma de currículo que se adapte a qualquer estrutura ? Apenas alguns exemplos para ilustrar a confusão a que se chegou no entrelaço de personalismo e ausência de visões abrangentes: latim no vestibular, em lugar da Geografia; a europeização do currículo como fato inevitável; restrições à proposta contida na estruturação da Universidade de Brasília; separação e ampliação do estudo de História Antiga e História Medieval e condensação da História Moderna e da Contemporânea em um ano de estudos; dois anos para a Geografia e outros tantos para a História da Arte.***

Na parte final do Simpósio houve a discussão das conclusões dos diversos grupos de trabalho, predominando nestas últimas as idéias já apresentadas pelos respectivos relatores, ficando quase totalmente ignoradas as críticas e sugestões dos simposistas. Na verdade, as conclusões relativas aos temas V, VI e VII mal foram realmente discutidas, dada a falta de tempo.

Por último, foram discutidas as chamadas *moções*, numerosas e variadas. A primeira delas, no entanto, assinada pelo Prof. José Roberto do Amaral Lapa e a maioria dos professores presentes, torna-se histórica: “[...] a proposta de criação de uma entidade que possa congrega os professores universitários de História”. Nascia então a APUH... No total, 24 moções sobre temas os mais diversos. Analisá-las já seria talvez um outro trabalho. Aliás, o mesmo se pode afirmar acerca das **Conclusões**, em número de 37, redigidas pela Comissão Executiva, das quais apenas duas foram votadas em plenário.

3- Comentários finais

Como participante do I Simpósio, um entre mais de oito dezenas de docentes das mais variadas partes do país, vejo-me hoje como uma espécie de sobrevivente, na condição de testemunha ocular (e auditiva) dos trabalhos desenvolvidos em Marília,

cinquenta anos atrás, em busca de um novo currículo para o Curso de História – Licenciatura e Bacharelado.

Ao longo da exposição acima, procurei narrar de forma resumida os principais acontecimentos que vivenciamos em Marília, na Faculdade de Filosofia, entre 15 e 21 de outubro de 1961. Trata-se de um exercício de rememoração apoiado em dois textos, já citados, em busca de uma compreensão razoavelmente objetiva dos debates então travados em torno daquelas questões consideradas as mais pertinentes do ponto de vista da reformulação do currículo dos cursos de graduação em História.

De acordo com os parâmetros por nós estabelecidos, tentamos não entrar no mérito das posições frequentemente antagônicas evidenciadas no decorrer dos debates. Agora, no entanto, encerrada a narrativa, gostaríamos de mencionar alguns dos elementos mais gerais que, no nosso modo de ver, constituíram a verdadeira base, isto é, os discursos muitas vezes não-ditos das divergências e, em última análise, do caráter inconcluso ou insatisfatório do próprio Simpósio – a elaboração de um novo currículo. Talvez assim possamos entender como e por que um Simpósio preparado para produzir um novo (e melhor) currículo para os nossos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História acabou por se identificar na verdade com a fundação de uma Associação de Professores Universitários de História.

Para começar, tenhamos sempre presente a enorme distância entre as idéias de uma minoria francamente reformista, radical mesmo, e as convicções firmemente conservadoras da maioria dos presentes. Reformismo e conservadorismo, é bom sublinhar aqui, não se referem apenas a concepções pedagógicas ou acadêmicas, mas, sim, aos respectivos sentidos político e ideológico mais gerais. Para os reformistas, o problema curricular só poderia ter sentido no âmbito de uma realidade muito mais ampla e decisiva – a da Reforma Universitária. Já para os conservadores, era exatamente este quadro ampliado que se fazia necessário evitar a fim de contornar possíveis comprometimentos políticos.

Cabe também aqui observar que a proposta inicial dos organizadores – a elaboração de relatórios setoriais pelas equipes de trabalho – não se concretizou. Na prática, foram ainda as cátedras que se fizeram ouvir, o que não deixava de ser no mínimo bastante curioso se nos lembrarmos que era exatamente a cátedra única e

vitalícia que estava então a ser criticada e condenada pelos movimentos sociais de então, sobretudo pelo movimento estudantil.

Um outro ponto a sublinhar é o das confusões então existentes acerca de conceitos como *especialização e pós-graduação*. Havia então vários sentidos associados à idéias de **especialização** assim como à de **pós-graduação**. Muito significativamente, por outro lado, não há qualquer referência à idéia de **mestrado**.

Vivia-se então, é verdade, uma conjuntura político-ideológica bastante confusa, na sequência da renúncia do Presidente Jânio Quadros, mas de pouco adiantaria cercar a discussão e restringi-la ao currículo se já estava em curso uma luta muito mais ampla em torno dos próprios pilares sobre os quais estava construída a idéia da universidade então existente.

Em quinto lugar, a necessidade da pesquisa, sua natureza e importância somente foram objetos das preocupações de alguns raros participantes. Vivia-se ainda em sua plenitude a época do ensino de História enquanto repetição ou acumulação de conteúdos informativos, transmissão de conhecimentos já existentes e cuja produção só dizia respeito, quando muito, a alguns docentes mais esclarecidos ou imersos nas tarefas de doutoramento ou concursos para cátedras universitárias.

Em último lugar, algumas considerações sobre certos temas mais ou menos constantes em quase todas as discussões:

- 1- As relações entre História Geral e História do Brasil, vistas ora em termos de complementaridade, ora a partir de uma prioridade a ser dada à História do Brasil, especialmente do ponto de vista do desenvolvimento da pesquisa;
- 2- A preocupação sempre presente com a questão da introdução da disciplina Estudos Sociais nas Faculdades de Filosofia e suas conseqüências tidas como nefastas:
 - 2.1 – A criação das chamadas licenciaturas curtas – e de *licenciados curtos!*
 - 2.2 – Os prejuízos para os estudos de História e Geografia;
 - 2.3 – A falta de profissionais habilitados, com a conseqüente improvisação de professores de História e Geografia para lecionarem Estudos Sociais;
 - 2.4 – O abandono da pesquisa histórica.

- 3- A questão da natureza da *aula de história* – a matéria como pretexto para a abordagem da técnica de trabalho e da reflexão sobre o processo histórico; a conveniência de substituir os programas por planos de trabalho e/ou pesquisa; o sem sentido das discussões a respeito das vantagens e desvantagens dos cursos gerais e dos cursos monográficos.

Finalmente, gostaríamos de assinalar o fato de que tanto nos textos dos relatórios quanto naqueles correspondentes às intervenções dos simposistas, encontram-se algumas presenças e ausências significativas, principalmente se as analisarmos do ponto de vista do contexto histórico mais amplo em que o Simpósio teve lugar. Assim, foram poucas as referências à *mundialização dos saberes e da cultura*, em contraste com o caráter francamente europocêntrico dos estudos de História. É no mínimo curioso como estiveram ausentes o mundo afro-asiático e, até certo ponto, a América hispânica. Temos aí um tema que por si só justificaria um longo artigo de análise crítica. Tampouco foi discutido um tópico que já se tornara quase obrigatório nas discussões acerca da reforma do ensino superior: os acordos firmados com autoridades norte-americanas. Por outro lado, aqui e ali, pinçando-se os diversos textos, é possível perceber que alguns poucos já estavam conscientes de questões que mais cedo ou mais tarde haveria que enfrentar:

- duração dos cursos: anual ou semestral?
- avaliação da aprendizagem: provas, estágios, trabalhos monográficos?
- natureza dos seminários e sua eficácia como instrumento de avaliação
- qual o futuro das aulas expositivas?
- como enfrentar as muralhas intransponíveis que separavam os territórios das cátedras entre si?

‘ Tivemos muitas perguntas e poucas respostas, uma tendência a aceitar como necessário o existente e um grande receio de propor caminhos realmente novos. O objetivo a que se propunham os organizadores – um novo currículo para o Curso de História- não foi alcançado. Em compensação, produziu-se um fato que não estava previsto: a fundação da APUH!

Niteroi, julho de 2011.